

# Cartilha de alfabetização: o caminho de Mato Grosso para enfrentar o fracasso escolar nos anos setenta<sup>1</sup>

Cancionila Janzkovski Cardoso  
UFMT/Rondonópolis - Brasil<sup>2</sup>

## 1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo registrar as escolhas feitas pela Secretaria de Educação de Mato Grosso, na década de 1970, para enfrentar a dramática situação relacionada com o rendimento efetivo do ensino, traduzida pela expressão *fracasso escolar*, que nesse estado se manifestava no intolerável índice de 65,6% de evasão e repetência na passagem da 1.ª para a 2.ª série.

Trata-se de um recorte da pesquisa de Pós-Doutoramento “Cartilha Ada e Edu: produção, difusão e circulação (1977-1985)”.<sup>3</sup> A pesquisa está inscrita na história da alfabetização no Brasil, campo que vem crescendo significativamente nos últimos anos e, mais precisamente, na história do livro didático e do ensino da leitura. A metodologia lançou mão de procedimentos clássicos da pesquisa histórica, quais sejam: reunir, selecionar, organizar e analisar fontes documentais (projetos, relatórios, ofícios, planos, fichas, Boletins Informativos, etc.) e fontes orais (entrevistas com autoras, supervisoras e professoras).

Como já dissemos em outra oportunidade, as investigações de aspectos da história da alfabetização em Mato Grosso, concentradas no início do século XX, apontam que nesse estado “não se verificam publicações de cartilhas de alfabetização ou livros didáticos de leitura. Não se tem notícia de autores dedicados a esse âmbito da produção editorial nem de editoras que se dediquem à produção de livros dessa natureza antes da década de 1970” (AMÂNCIO E CARDOSO, 2006, p.194/5).

O conjunto de alfabetização aqui analisado é, até o momento, a exceção a essa quase regra. Produzido por professores mato-grossenses no ano de 1977, o conjunto *Nossa terra, Nossa Gente* aparece como uma resposta das políticas públicas, nacional e local, ao problema do fracasso escolar.

## 2. O contexto

Em 1975 o Brasil vivia uma dramática situação relacionada com o rendimento efetivo do ensino: a sistemática evasão e repetência de nossas crianças, traduzida pela expressão *fracasso escolar*. Um dos estudos mais conhecidos da época “*Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão*”, que cobria os anos 1974-1978, apresenta o quadro caótico do ensino brasileiro, cujo principal ponto de estrangulamento

<sup>1</sup> Este trabalho, revisto e ampliado, foi apresentado no 17º. Congresso de Leitura do Brasil, realizado em Campinas, na UNICAMP, no ano de 2009.

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Rondonópolis. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, no mesmo campus, e do Grupo de Pesquisa ALFALE - Alfabetização e Letramento Escolar/ CNPq.

<sup>3</sup> Realizada na Universidade Federal do Paraná, com financiamento do CNPq.

era a passagem da 1.ª para a 2.ª série. Assim, “para o período considerado, de cada 1.000 crianças que iniciam a 1.ª série, apenas 438 chegam à segunda, 352 à terceira, 297 à quarta e apenas 294 à quinta. Poder-se-ia estimar que dessas 1.000 crianças iniciais, apenas 180 chegariam a concluir o 1.º Grau” (BRANDÃO; BAETA; ROCHA, 1983:22).

Esse quadro não era novo ou exclusivo da década de 1970. Pelo contrário, desde o final do século XIX há denúncias relativas ao rendimento do ensino primário no Brasil, mas sem dúvida a partir de 1970 esse problema se agudizou de forma significativa.

A década de 1970 é herdeira das profundas mudanças sociais, políticas e educacionais implantadas com a ruptura política ocorrida em 1964. Ainda sob a influência dos acordos MEC/ USAID, 1970, iniciou-se com a Reforma do Ensino de 1.º e 2.º graus, normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 5.692/71, que amplia a obrigatoriedade escolar gratuita de quatro para oito anos e aglutina o antigo primário com o ginasial, suprimindo o exame de admissão. Dobrando o tempo de escolarização obrigatória (dos 7 aos 14 anos) o Brasil passava a ostentar uma das mais altas do mundo. A proposta era construir um “Brasil Grande”. Alterando a opção por um ensino mais humanístico, a característica principal dessa lei era dar à formação nacional um cunho técnico, criando a escola única profissionalizante. O “milagre econômico” necessitava de uma educação que contribuísse de modo decisivo para o aumento da produção da indústria brasileira.

As novas finalidades da escola e a proposta de atendimento a um novo público escolar – o povo brasileiro – geram adaptações nas disciplinas escolares, como sugere Chervel (1990). Para Taguchi (1994:80): “A ‘mudança’ era evidente: a Filosofia e o Latim eram suprimidos dos currículos; a História deixaria de ser lecionada como disciplina autônoma; o Português, muda tanto, que até muda o nome”. As outras ciências também foram afetadas (...), enquanto se aumentou “o número de vagas nas disciplinas certas, as que conviriam a um país em desenvolvimento: Química, Engenharia, Eletrônica, Informática”.

### 3. Enfrentando o fracasso escolar

Em Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa no ano de 1975, o Presidente da República, Ernesto Geisel, levantou aspectos relacionados à ação do Ministério de Educação durante a vigência do I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). Fala o Presidente do esforço em alcançar a taxa de escolaridade de 80% da população em idade escolar, acompanhado de ações que visavam à melhoria qualitativa do ensino. Aponta os investimentos em construção, ampliação e adaptação de salas de aulas e escolas, em reformulação de currículos e na formação de pessoal docente para o ensino fundamental e normal. Por fim, anuncia que “Na área do ensino de primeiro grau, implementar-se-á em 1975 um [projeto de desenvolvimento de novas metodologias aplicáveis ao processo Ensino-Aprendizagem](#)”. Esse discurso prepara o lançamento do II Plano Setorial de Educação e Cultura (II PSEC), previsto para os anos de 1975 a 1979.

Sob a égide do contexto anteriormente descrito, o II PSEC foi, então, sustentado por uma filosofia liberal, que via a educação como investimento e como instrumento de mudança social. Inspirada na Teoria do Capital Humano, tratava-se de uma visão utilitarista da educação, por pretender estabelecer uma

relação direta entre essa e o sistema produtivo, procurando instituir uma “escola-empresa”, formando mão-de-obra, consumidores, etc.

Os objetivos e metas do II PSEC refletem, claramente, as concepções de racionalidade, eficiência e produtividade necessárias a uma educação vista como “instrumento para a formação do que se convencionou chamar de ‘recursos humanos’ para o desenvolvimento” (MEC, 1976:22). Essa filosofia liberal reforça, para o ensino de 1.º Grau, a dimensão democratizante, defendendo a igualdade de oportunidade de formação básica para toda a população que se encontra na faixa de 7 a 14 anos.

Assim, as justificativas para a proposição do projeto “Desenvolvimento de Novas Metodologias” (PNM) caminharam na direção de assegurar a todos um ensino democrático (“acesso” e “sucesso”) e de bom nível. Na tentativa de resolver os problemas, a Sistemática Operacional<sup>4</sup>, que aperfeiçoava o planejamento e orientava as ações do PNM, definiu quatro metas prioritárias, dentre elas:

01. Elevação dos índices de promoção da 1.ª para a 2.ª série através de experimentação e expansão de metodologias e tecnologias específicas para o processo de alfabetização;
02. Redução dos índices de distorção idade/série, através da experimentação e expansão de metodologias e técnicas adequadas à aceleração da escolaridade (MEC/UFG, 1980, p.48).

## 4. O Projeto Novas Metodologias no Estado de Mato Grosso

Dados de matrícula e desempenho dos alunos mato-grossenses no 1.º Grau evidenciavam a gravidade da situação e a urgência em se tomar medidas direcionadas ao fracasso escolar. O artigo de Ana Luiza de Figueiredo “Professor no ensino de 1.º Grau: responsabilidade básica ensinar a aprender” (Revista Educação em Mato Grosso, 1981), apresentava dados da década de 1970, que caracterizavam o que a autora denominava de “sobrevivência escolar”. Em 1970 matricularam-se na 1.ª série 47.415 alunos; foram aprovados para a 2.ª série, em 1971, apenas 16.288 alunos (34,36%). Destes, apenas 6.430 alunos (13,50%) chegaram, em 1977, à 8ª série. Nota-se que o grande gargalo, aqui também, era a passagem da 1.ª para a 2.ª série, apresentando o intolerável índice de 65,65% de evasão e repetência. Obviamente com um desempenho desses, crescia o problema da distorção idade/série.

Diante dessa situação, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso (SEDUC) acatou as proposições do II PSEC, organizando uma equipe responsável pelo Projeto Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Ensino-Aprendizagem para o Ensino de 1.º Grau.

Francisca Amélia Marques (Entrevista em 24/04/08), pioneira do projeto, relata que em 1975 a primeira equipe foi constituída por apenas três professoras. Estas iniciaram uma experiência com métodos de alfabetização – analítico, sintético e eclético – em 9 classes, abrangendo 252 alunos. No ano seguinte, Rosa Persona (Entrevista em 26/04/04) assumiu a coordenação da Equipe do PNM, ampliada para sete professoras. O grupo reorganizou a experiência de teste dos métodos e cartilhas, elaborando uma “pesquisa experimental”, que tentou controlar todas as variáveis, da qual participaram 12 escolas, 12 professoras e 432 alunos. Ao final do ano, essa experiência conduziu a Equipe a uma profunda reflexão sobre o modelo de pesquisa “experimental” em educação e a necessidade de proceder a uma análise das

<sup>4</sup> A *Sistemática Operacional* é o instrumento que o DEF/MEC utiliza para direcionar a elaboração dos projetos cuja execução é delegada às Unidades Federadas (MEC/UFG, 1980:47).

cartilhas utilizadas na primeira etapa no ano de 1976. O resultado de tal análise leva a Equipe do PNM a concluir que havia uma grande lacuna nos materiais disponíveis, tomando a decisão de elaborar uma cartilha própria, com características locais. As condições para isso foram extremamente favoráveis, na medida em que o PNM permitia e estimulava essas experiências.

Encontramos no documento *Exposição de Motivos nº 02/77*, a Coordenadora da Equipe matogrossense, Rosa Persona, dirigindo-se à Coordenadoria do Departamento de Educação da SEDUC, pontuando que:

[...] constatou-se, também, que os problemas surgidos na alfabetização não decorrem simplesmente de métodos e técnicas de ensino. Mais que isso, esses problemas têm sido ocasionados pela falta de cartilha adequada à nossa realidade e às características da língua portuguesa; verificou-se, ainda [...] que a inadequação de cartilhas prejudica a alfabetização [...]

Tais argumentos abrem caminho para as novas proposições da Equipe do PNM:

[...] elaborar uma cartilha de fácil emprego pelo professor e que ao mesmo tempo atenda às características da nossa língua e a necessária gradação de suas dificuldades (MATO GROSSO/SEDUC, 1977).

Essa conjuntura levou o grupo a planejar, elaborar e experimentar um novo material didático, o conjunto *Nossa Terra, Nossa Gente* (depois transformado em *Ada e Edu* e editado nacionalmente), composto pela Cartilha, Livro do Professor e Caderno de Atividades. Havia a esperança da Equipe de poder materializar uma cartilha ideal do ponto de vista linguístico, utilizando-se uma linguagem regional, próxima à linguagem dos escolares, e apresentando a língua de forma graduada, contemplando suas dificuldades e sua complexidade. Desse modo, ela seria de fácil manejo pelo professor e de melhor apropriação pelos alunos.

Encontramos o plano do livro, claramente explicitado, no Relatório de 1977, no item “Método de Alfabetização”:

Levando em consideração as ideias expostas neste relatório a respeito dos fatores intervenientes na alfabetização, elaboramos e empregamos a cartilha “Nossa Terra, Nossa Gente” com as seguintes características:

1. estrutura vocabular composta de 42 palavras-chave, dispostas numa seqüência gradativa de dificuldade a saber: vogais orais; vogais nasais; consoante + vogal; vogal + consoante; consoante + vogal + consoante; consoante + consoante+ vogal oral; consoante + consoante+ vogal nasal; dígrafos; ocorrências gráficas e ditongos;
2. atendimento às exigências fonéticas evitando a apresentação de palavras inadequadas para as dificuldades a serem aprendidas;
3. emprego de substantivos para as palavras-chave, segundo a realidade lingüística da região;
4. apresentação de textos cujos temas estão adequados à realidade socioeconômica da região;
5. frequência na apresentação dos estímulos para fixação da aprendizagem (MATO GROSSO/SEDUC, 1977, p.20/1).

A exposição segue explicitando minuciosamente a metodologia da cartilha. Ao final conclui:

Visando à economia de esforços, de tempo e gasto financeiro, o processo empregado consistiu no estudo da palavra-chave, seguindo-se-lhe quase que imediatamente, o estudo das respectivas sílabas-chave e atividade de formação de palavras novas. Posteriormente, mais ao fim do processo, as palavras novas foram

empregadas em atividades de estruturação de frases e até de composição de textos (MATO GROSSO/SEDUC, 1977:20/1).

## 5. A resposta mato-grossense ao fracasso

Elaborado o material, a Equipe passa a dedicar-se à sua aplicação, esperando como retorno a garantia da redução das reprovações na 1.ª série.

Inicialmente, convém lembrar ao leitor que se fala de um conjunto didático, elaborado em 1977, década em que houve uma profunda alteração na concepção que o autor tinha do professor como leitor. À invenção do Livro do Professor subjazem sérias suposições sobre as possibilidades de este desenvolver seu trabalho pedagógico, aspecto que ajuda a configurar “um ambiente pedagógico específico” e um “contexto regulador” (Choppin, 2004:554), em nível de Brasil, que, no interior do PNM tem suas características exacerbadas.

Por um lado, temos o critério adotado pela equipe mato-grossense para selecionar as 12 professoras que atuariam no “experimento” inicial: que fossem normalistas recém formadas e sem experiência no magistério, “a fim de conseguir um desempenho ‘padrão’” (MATO GROSSO/SEDUC/PNM, 1976). Esse critério, e toda a explicação que o acompanha, permite vislumbrar uma concepção mecânica de aprendizagem como treino de sujeitos passivos e a-históricos. Professoras com experiências anteriores eram observadas com desconfiança, a partir da perspectiva de que elas já teriam adquirido vícios que poderiam ser empecilhos para o desenvolvimento de uma prática inovadora. Por outro lado, depois da avaliação do “experimento” e de seus resultados pouco promissores, mesmo com a equipe reconhecendo que “o método em si (...) além de não ser passível de classificação objetiva, sofre tantas variações, quantas sejam as cartilhas e os professores (MATO GROSSO/SEDUC/PNM, 1977: 2 e 3), todo o trabalho organizado em torno da alfabetização e dos usos da cartilha, acentua o contexto regulador, disciplinador, controlador dos sentidos e usos desejados para aquele conjunto didático.

Todas as pessoas (professoras, diretores, supervisores) envolvidas no PNM são submetidas ao que se chamava à época de “acompanhamento, controle e avaliação”. O PNM e o uso do conjunto *Nossa Terra Nossa Gente*, transformado em Ada e Edu no ano de 1978, exigiram enorme empenho da Equipe na produção de treinamentos, diretrizes, materiais complementares (apostilas, orientações, sugestões, boletins informativos, fichas), reuniões, visitas técnicas e encontros de alfabetização, durante os anos de 1976 a 1979. Inicialmente, o PNM restringiu-se à Cuiabá (capital), expandindo-se, posteriormente, para 5 municípios em 1978 e para 11, em 1979.

Chama a atenção, nas ações de controle e acompanhamento da prática das alfabetizadoras, a possível crença das autoras no fato de que os textos afetariam a sensibilidade dos leitores de uma mesma maneira. Assim, tentarei, no próximo item, levar em conta “a coerção do texto sobre o leitor, bem como a liberdade do leitor com o texto” (Darnton, 1990:128).

## 6. Injunções, apropriações, resistências

Em relação aos usos efetivos desse material didático, memórias de professoras dão conta que a cartilha mato-grossense foi muito bem recebida pelas escolas que participaram do PNM. Os relatos salientam aspectos positivos desse material didático, detalhes, vivências, experiências e lamentam a retirada da cartilha do cenário da escola. Conformam-se com as injunções, evidenciam apropriações e elogiam o acompanhamento, como fator de motivação e segurança para a prática.

Outros dados, no entanto, apontam a multiplicidade e variedades dos usos, para diferentes modalidades de apropriação desse material cultural. É emblemático um Relatório de Viagem de uma Visita Técnica, realizada ao município de Poxoréu por Rosa Persona no ano de 1979, pois oferece vários indícios de práticas pedagógicas, incluindo elementos de usos do livro didático pelas professoras.

6 - Atividades Propostas na Última Visita :

- Utilização de materiais didáticos
- Encaminhar ao projeto Novas metodologias, o resumo bimestral e relatório das classes de 1<sup>a</sup> série.

7 - Constatções

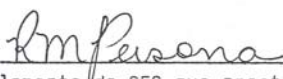
- A não utilização de materiais didáticos em algumas salas
- Mistura de letras pela professora como: bola - Papai - vaca, etc
- Número limitado de alunos em algumas salas de aula e mesmo assim as classes não apresentam rendimento satisfatório.
- Ajuda pela professora na aplicação de provas aos alunos.
- Algumas classes estão bem fracas não atingindo 40% de aprovação.
- Professor sem condições para lecionar; < bola errada não tem domínio classe
- Utilização de cartilhas para subsidiar a aprendizagem como: Brincando com Setinhas, Cartilha da Mimí, Livro da Aliança.
- Alguns cadernos dos alunos estão com as correções incompletas.
- Grande número de alunos evadidos e frequência muito baixa.
- Ocupação de alguns professores com aprendizagem dos alunos
- Alunos com deficiência mental - n.º relativamente grande.

8 - Novas propostas de atividades

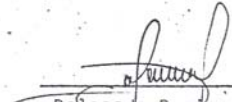
- Treinamento em dezembro para os professores que irão lecionar em 1980 nas classes de 1<sup>a</sup> série.
- Propor atividades de como o professor deverá trabalhar com as classes de 1<sup>a</sup> série e psicologia da criança.

Observação (É reservado para coleta de dados e outras ocorrências referente a organização da Escola).

- É preciso que se crie "classes especiais" para atender o grande número de alunos com problemas e deficiências na aprendizagem.



Elemento da SÊC que prestou



Delegado Regional

Fig.35: Relatório de Viagem de Rosa Persona, 1979.  
Fonte: Acervo do NUPED/UFMT

O item 6 - *Atividades propostas na última visita* – informa que foi solicitada a “utilização de materiais didáticos”. O PNM previa, como se pode confirmar nas recomendações dos Boletins Informativos e Materiais Complementares, o uso constante desses materiais, dentre os quais se destacam: cartaz de pregas, flanelógrafo, cartazes, fichas, gravuras, jogos etc. A recomendação feita na visita anterior mostra que essa prática não estava suficientemente apropriada pelos professores daquela localidade.

A anotação “A não utilização de materiais didáticos em algumas salas” contida no item 7 – *Constatações* -, informa que persistiam práticas não recomendadas pela Equipe que naquele contexto propunha, orientava e controlava o trabalho pedagógico, exercendo o que Certeau (1994, p. 102) define como *ações estratégicas*.

Outras (tristes) constatações como a “Mistura de letras pela professora” (maiúscula/minúscula/*script*); “Número limitado de alunos em algumas salas de aula e mesmo assim as classes não apresentam rendimento satisfatório”; “Professor sem condições para ensinar – fala errado/não tem domínio de classe”; “Alguns cadernos dos alunos estão com correções incompletas”; “Grande número de alunos evadidos e frequência muito baixa” sinalizam para o fato de que estava caindo por terra a convicção da equipe de 1977 de que era possível “controlar algumas variáveis relevantes: a cartilha, o desempenho do professor, o conteúdo programático indicado para cada série, o estabelecimento de critérios para a seleção e atendimento de alunos carentes de recuperação (...)” (MATO GROSSO.SEDUC/PNM, 1977:6).

O diagnóstico dos professores, reiterado pela observação da visitante de que “É preciso que se crie ‘classes especiais’ para atender o grande número de alunos com problemas e deficiências na aprendizagem” e, ainda, a constatação da existência de que “Algumas classes estão bem fracas, não atingindo 40% de aprovação” ajudam a perceber que as variáveis não foram controladas e os objetivos estavam longe de serem alcançados, pelo menos naquele município. Tal diagnóstico é, ainda, uma amostra de que a Teoria da Deficiência Linguística<sup>5</sup> chegara à escola brasileira, com grande poder de convencimento.

Há outra *Constatação* da maior relevância para essa discussão. Trata-se da anotação sobre a “Utilização de cartilhas para subsidiar a aprendizagem como: Brincando com Letrinhas, Cartilha da Mimi, Reino da Alegria”, que soa como um expressivo lamento. Então, a Equipe disponibiliza uma cartilha adequada à realidade, acompanhada de material diverso com exercícios que cobrem o bimestre inteiro, orienta no sentido de conduzir homogeneamente a turma na aprendizagem de cada palavra-chave da cartilha, distribui instrumentos de controle bimestral dessa aprendizagem e os professores introduzem nesse processo, racionalmente planejado, um elemento perturbador? Aqui há indícios de usos efetivos do livro didático, que fogem às intenções proclamadas. O uso consorciado de outras cartilhas com a recomendada pela Equipe do PNM aponta, por um lado, para as formas múltiplas de usos do livro didático pelos professores, independentemente, do grau de restrições a que esses estão submetidos e, por outro lado, aponta para as *táticas* que também esses professores desenvolveram para enfrentar o poder e o domínio das *estratégias* (Certeau, 1994:99/101).

---

<sup>5</sup> Ver SOARES, 1986.

Enquanto “movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado” (op cit), as *táticas* dos professores de Poxoréo não se reduzem apenas ao uso com vontade própria que faziam da cartilha. Outra constatação que informa a “Ajuda pela professora na aplicação de provas aos alunos” é bastante emblemática. Relatórios foram preenchidos, alunos foram classificados e, no entanto, seus desempenhos foram “ajudados” pela professora. Mesmo que o poder tenha descoberto essa astúcia da professora, teve o seu campo minado temporariamente. É certo que ele tentará (tentou?) se recompor: as *Novas propostas de atividades* que constam no item 8 do Relatório de Viagem indicam que a Equipe fornecerá “Treinamento em dezembro para os professores que irão lecionar em 1980 nas classes de 1.ª série”.

## 7. Por fim

A filosofia de educação liberal adotada no Brasil na década de 1970 reforçava e defendia a igualdade de oportunidade de formação básica para toda a população que se encontrava na faixa de 7 a 14 anos, inspirando os objetivos do II PSEC. Hoje sabemos que o almejado nunca foi concretizado. Entre 1970 e 1980, a taxa de escolaridade das crianças de 7 a 10 anos, faixa etária que correspondia ao antigo primário, segundo Cunha e Goes (1987:56), ao invés de aumentar, baixou. Em 1980, mais de um terço das crianças que deveriam estar cursando a escola primária, estavam fora dela. Depois de dez anos de vigência da Lei 5.692/71, o Estado Brasileiro não conseguia oferecer, sequer, os quatro anos de escolaridade obrigatória, previstos na constituição.

Apesar dos esforços da Equipe do PNM, os resultados em Mato Grosso permanecem preocupantes: em 1978 a taxa geral dos municípios participantes do projeto foi de 58% de aprovação e 42% de reprovação.

A partir da proposição de Mortatti (2000:299) de que na história da alfabetização o “moderno” se contrapõe ao “antigo”, posso ponderar que nesse episódio o novo aparece no principal pressuposto da Equipe do PNM: a questão para se resolver o fracasso escolar não estava no método. A partir daí, o grupo deslocou o foco para dois eixos inspirados na pedagogia tecnicista: a) a esperança em poder materializar uma cartilha ideal do ponto de vista linguístico e adequada à realidade local; b) o controle do processo de forma racional: uso de material único, uso do tempo; estabelecimento de critérios de alfabetização; treinamento dos professores; acompanhamento pela supervisão da escola e do projeto.

Por essas razões, naquele momento histórico, a cartilha *Ada e Edu* passa a ocupar um lugar de centralidade na política de alfabetização de Mato Grosso, que dura apenas enquanto durou o PNM. Fim deste, novas demandas, novas proposições e novas pessoas tomam conta do antigo cenário.

## Referências

- AMÂNCIO, Lázara Nanci e CARDOSO, Cancionila. Fontes para o estudo da produção e circulação de cartilhas no Estado de Mato Grosso. In: FRADE, Isabel e MACIEL, Francisca (orgs.). *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/ MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: Ceale/UFMG, 2006, p.191-219.
- BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho da. *Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.



- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CUNHA, Luiz Antônio.; GOES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 4 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FIGUEIREDO, Ana Luisa de. Professor no ensino de 1º. Grau: responsabilidade básica ensinar a aprender. *Revista Educação em Mato Grosso*. Ano IV, n. 13, 1981, p.49-57.
- MATO GROSSO/SEDUC/PNM. *Relatório Projeto Novas Metodologias*, 1976.
- MATO GROSSO/SEDUC. *Relatório Projeto Novas Metodologias*, 1977.
- MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura. *Exposição de Motivos*, nº 02, 1977.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *II Plano Setorial de Educação e Cultura*(1975/1979). Brasília, 1976.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO/INEP. *A Educação nas Mensagens Presidenciais - período 1890-1986*. Brasília, v.II, 1987.
- MEC/UFG. *Estudo avaliativo do Projeto Desenvolvimento de Novas Metodologias aplicáveis ao processo ensino-aprendizagem na área de ensino de 1º. grau*(SE/QF – 1975-1978). Brasília, 1980.
- MORTATTI, Maria do Rosário L. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo/1876-1994)*. São Paulo: Editora UNESP: COMPED, 2000.
- PERSONA, Rosa Maria Jorge et al. *Cartilha Nossa Terra Nossa Gente*. Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Educação e Cultura. Cuiabá: 1977.
- PERSONA, Rosa Maria Jorge et al. *Ada e Edu: para classes de alfabetização*. 1ª edição. Bloch Editores, 1978.
- SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.
- TAGUCHI, Renata Ramos Corrêa. *Concepções de língua nas legislações do ensino*. Universidade Federal de Mato Grosso: Dissertação de Mestrado, 1994.